CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPUBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX N° 231-1518

PROCESSO CEE N° : 611/95 - Reautuado em 10-08-95
INTERESSADO : Adailton Pereira de Sousa
ASSUNTO : Regularização da vida escolar
RELATOR : Cons. Pedro Salomão José Kassab
PARECER CEE N° 673/95 - CESG - APROVADO EM 25-10-95
COMUNICADO AO PLENO EM 08-11-95

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

1.1.1 Adailton Pereira de Sousa dirigiu-se diretamente a este Colegiado, para solicitar seja a sua vida escolar regularizada, após expor os fatos.

1.1.2 Os autos foram baixados em diligência, junto às autoridades da SE e ao SENAC, para manifestarem-se sobre o assunto.

1.1.3 De acordo com a atual instrução do protocolado, a situação do interessado é a seguinte:

1.1.3.1 concluiu o 1º grau, em 1983, na EEPG Jeronymo Monteiro - 18ª DE;

1.1.3.2 em 1993, matriculou-se no Curso Supletivo - Modalidade Suplência - 2º grau, supostamente ministrado pelo Centro Educacional WE S/C Ltda. Supletivo Santa Inês - Unidade Sé, que lhe expediu, em 06-01-95, certificado de conclusão, de que constam indicações referentes a supostas autorizações e reconhecimentos;

1.1.3.3 em 1994, submeteu-se aos Exames Supletivos realizados pela Secretaria de Estado da Educação, obtendo aprovação nas disciplinas Língua Portuguesa - Lite-

PROCESSO CEE N° 611/95

PARECER CEE N° 673/95

ratura Brasileira e História, conforme atestado (fls. 06) de órgão oficial.

1.1.3.4 em Janeiro/95, mediante apresentação do suposto certificado de conclusão do 2º grau, matriculou-se no Curso de Técnico em Segurança do Trabalho, ministrado Pelo SENAC;

1.1.3.5 em 20-04-95, a Secretaria Escolar do SENAC encaminhou os documentos escolares do aluno para "visto confere" à 15ª DE, a qual, em 26-06-95, através de despacho, informou ao SENAC que o Supletivo Santa Inês - Unidade Sé não era autorizado pela SEE. Mediante esta informação, a Supervisão Educacional do SENAC, em atendimento aos termos da Resolução SE nº 30, de 19-02-81 e art, 6º da Portaria Conjunta GVCA/COGSP/CEI, anulou os atos escolares do aluno e convocou-o para prestar esclarecimentos.

1.1.4 O SENAC informa que, devido ao recurso que o interessado protocolou neste Colegiado, permitiu-lhe continuar freqüentando as aulas normalmente e se compromete a cumprir o que lhe for determinado, esclarecendo que o aluno tem "vivo interesse em concluir o curso e não há nada que desabone sua conduta", e indica poucas faltas e bom rendimento, no quadro de disciplinas já cursadas.

1.1.5 A 15ª DE esclarece que as Portarias de autorização e de funcionamento, indicadas no certificado de conclusão expedido pelo Santa Inês - Sé, dizem respeito à Escola de Ensino Supletivo Diretriz, mantida pelo Instituto de Orientação Educacional S/C Ltda e cassada pela Res. SE nº 01, de 07-01-93. Informa, ainda, que as "irregularidades já

PROCESSO CEE Nº 611/95

PARECER CEE Nº 673/95

constatadas quanto ao funcionamento do Centro Educacional WE S/C Ltda - Supletivo Santa Inês, estão sendo apuradas pelo Ministério Público".

1.1.6 Estas informações são ratificadas pelo GVCA que informa:

"1. O endereço constante nos carimbos assentados no Certificado de Conclusão de 2º Grau de Adailton Pereira de Sousa, ou seja, Rua Quintino Bocaiuva 84, jurisdicionado, portanto, à 15ª Delegacia de Ensino, não consta nenhuma escola autorizada pela Secretaria da Educação.

No citado endereço funcionou a Escola de Ensino Supletivo Diretriz, mantida pelo Instituto de Orientação Educacional S/C Ltda, CGC 47.686.241/0001-8, que teve seu ato administrativo autorizatório cassado através da Resolução SE-1, de 07/01, publicada no DOE de 08-01-93, xerox anexa.

2. No pretense Certificado de Conclusão de 2º Grau do interessado, os atos autorizatórios da "Unidade SÉ", apontados no carimbo apostado logo abaixo do brasão do Estado, à direita da copia xerográfica, contém:

a) "Aut. Port. CENP "de 09-12-77, publicada no D.O. de 10-12-77;

b) "Rec. Port. COGSP "de 17-09-81, publicado no D.O. de 19-09-81.

Em ambas Portarias - Autorização e Reconhecimento - publicadas no Diário Oficial do Estado de 10-12-77 e 19-09-81, xerocópias anexas, às fls. 11 e 12.

PROCESSO CEE Nº 611/95

PARECER CEE Nº 673/95

respectivamente, através da leitura do seu artigo 1º fica demonstrado que elas pertenciam à Escola de Ensino Supletivo Diretriz, mantida pelo Instituto de Orientação Educacional S/C Ltda. CGC 47.686.241/0001-8, com funcionamento, já naquela época, à Rua Quintino Bocaiúva, 84.

Essa Portaria autorizatória, aludida na cópia xerográfica do pretense documento escolar, foi tirada do mundo jurídico, por cassação, pela edição da Resolução SE-1, de 07/01, publicada no DOE de 08-01-93, através de seu artigo 1º, que reproduzimos, "in verbis":

"Artigo 1º - Fica determinada a cassação de autorização de funcionamento da Escola de Ensino Supletivo Diretriz, mantida pelo Instituto de Educação Educacional S/C Ltda, CGC 47.686.241/0001-8, cessando, por consequência, o respectivo ato de autorização conforme se segue:

Portaria CENP de 09-12-77, publicada no DOE de 10-12-77, que autorizou os Cursos Supletivos -Modalidade Suplência de 1º e 2º Graus".

3. Ainda, no anverso do referido "Certificado de Conclusão de 2º Grau", às fls. 10, consta "Centro Educacional WE S/C Ltda - Supletivo Santa Inês" no alto do impresso e, abaixo, "O Diretor do Supletivo Santa Inês (...) certifica que (...) concluiu o curso de Suplência em nível de 2º grau, com direito a prosseguimento de estudos em nível superior", cabe-nos informar que:

a) "O Supletivo Santa Inês - Unidade SÉ", neste específico caso, se apresenta como mantido por Centro Educacional WE S/C Ltda, CGC 67.639.203/0001 01, en-

PROCESSO CEE Nº 611/95

PARECER CEE Nº 673/95

tidade mantenedora esta nenhuma vinculação com a Secretaria de Educação do Estado.

b) Entretanto, com algumas Unidades Escolares inseridas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, existe, portanto autorizado, o Supletivo Santa Inês, porém mantido por CESI - Centro Educacional Santa Inês S/C Ltda, CGC 57.009.961/0001-84".

1.2 APRECIÇÃO

1.2.1 Trata-se de aluno do Curso de Qualificação Profissional IV - Técnico em Segurança do Trabalho, ministrado pelo SENAC, cujo certificado de conclusão do 2º grau é considerado inidôneo, porque foi emitido por instituição que ministra "curso livre". Portanto, há lacuna de um curso: o do 2º grau.

1.2.2 A digna AT deste Conselho assinala que casos da espécie sempre foram solucionados através da Indicação CEE nº 08/86, parte integrante da Deliberação CEE nº 18/86, resultante, por sua vez, da jurisprudência firmada por este Colegiado sobre o assunto, transcrevendo:

"Quando a irregularidade é descoberta, enquanto o aluno ainda está matriculado e freqüentando a escola, poderá caracterizar-se a impossibilidade de aplicação do princípio de recuperação implícita como a solução mais indicada para saná-la.

(...)

"A única forma cabível de regularização de sua vida escolar é suprimento da falha na sua escolaridade, que poderá ser feito através de estudos realizados em cursos regulares ou de suplência

(...).

PROCESSO CEE Nº 611/95

PARECER CEE Nº 673/95

"Tomando-se, por exemplo, o caso de aluno que se utilizou de documento comprovadamente falso para se matricular na 1ª série do 2º grau somente poderá ter sua situação escolar referente ao 2º grau regularizada se comprovar que supriu, ainda que 'a posteriori', a escolaridade do 1º grau".

Acrescenta que, em 1983, este Colegiado manifestou-se no Parecer CEE nº 1.824, com a seguinte Conclusão:

"À vista do exposto, e por ter concluído, posteriormente, o ensino de 1º grau, convalidam-se os exames supletivos profissionalizantes, na modalidade Enfermagem, feitos por...".

Outra forma de regularização - aduz - é a de exames especiais, como foi proposto nos Pareceres CEE nºs 243/84 e 618/85, por exemplo.

1.2.3 Destacam-se, no processo:

1.2.3.1 a caracterização de boa disposição do interessado para reiniciar seus estudos, quando se matriculou no curso que, posteriormente, veio a saber não autorizado; e, de posse de certificado de conclusão, só mais tarde revelado sem valor, buscou matrícula no SENAC;

1.2.3.2 a conduta do aluno no SENAC, seu bom aproveitamento, sua frequência regular e as disciplinas já cursadas confirmam essa boa disposição e a impressão de que o interessado, de fato, voltou a estudar com determinação, desde quando se inscreveu no curso não autorizado;

PROCESSO CEE Nº 611/95

PARECER CEE Nº 673/95

1.2.3.3 a evidência de que o interessado foi realmente ludibriado, o que, por si só, não seria suficiente para que sua vida escolar fosse regularizada, mas assume grande importância, ao se levar em conta sua boa disposição e seu resultado imediato.

1.2.4 Destaque-se, ainda, a possibilidade de se caracterizar recuperação implícita, à luz da Deliberação CEE nº 18/86, notadamente quando são considerados, sua letra, especialmente os itens 3, 4.1 e 5.2 da Indicação 08/86 que dela faz parte, e o espírito que a norteia.

1.2.5 é recomendável que os órgãos próprios da Secretaria de Estado da Educação, diante de outros casos semelhantes, relativos a alunos da Entidade desprovida de condições regulares de funcionamento, procedam ao exame dos mesmos com vistas à eventual possibilidade de convalidação de seus estudos, para que esses alunos não sejam ainda mais prejudicados, por conta de uma falha de que não têm qualquer responsabilidade, é evidente que isto exigirá a clara demonstração de idênticos pressupostos favoráveis, que o exame dos autos venha a confirmar.

2. CONCLUSÃO

Diante do exposto e nos termos deste Parecer, em caráter excepcional:

2.1 caracteriza-se a situação de recuperação implícita, à luz da Deliberação CEE nº 18/86;

PROCESSO CEE Nº 611/95

PARECER CEE Nº 673/95

2.2 considera-se, excepcionalmente, regularizada a matrícula de Adailton Pereira de Sousa, em 1995, no Curso Técnico em Segurança do Trabalho do SENAC - Centro de Educação em Saúde.

2.3 Comunique-se este Parecer ao Sr. Diretor Regional do SENAC - Administração Regional no Estado de São Paulo, à 15ª DE da Capital e à Secretaria da Educação.

São Paulo, 30 de agosto de 1995

a) Cons. Pedro Salomão José Kassab
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Arthur Fonseca Filho, Pedro Salomão José Kassab, Sonia Aparecida Romeu Alcici, Sonia Teresinha de Sousa Penin e Sylvia Figueiredo Gouveia.

Sala da Câmara do Ensino de Segundo Grau, em 25 de outubro de 1995.

a) Cons. ARTHUR FONSECA FILHO
Vice-Presidente da CESG